

PROCESSO TCE N° 17.495.2013-50.

ENTIDADE: Secretaria de Estado da Fazenda.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda, referente ao exercício de 2012.

RESPONSÁVEL: Mâncio Lima Cordeiro.

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO N° 10.731/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Estado da Fazenda. Falhas formais apuradas pela DAFO (**A.** ausência de identificação no Sistema GRP do valor de R\$ 573,31, **B.** baixas e devoluções de valores de Suprimentos de Fundos após o período definido no Decreto Estadual nº 6.853/2002, e **C.** falta de justificativa quanto ao saldo contábil negativo da conta do Banco do Brasil nº 30.132-9, decorrente de bloqueio judicial). Regularidade com ressalva. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro Relator: **1)** pela **regularidade com ressalva**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, da **Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)**, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2012, de responsabilidade do Senhor **Mâncio Lima Cordeiro**, Secretário de Estado à época, valendo como ressalva as falhas formais apuradas pela DAFO: **A)** ausência de identificação no Sistema GRP do valor de R\$ 573,31 (quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), referente a 110 (cento e dez) unidades de bobina de papel, fato ocasionado pela contabilização do almoxarifado de forma manual à época, o que impossibilitava os registros de forma analítica, devido a não integração entre os sistemas de contabilidade e bens, **B)** embora os documentos apresentados comprovem as baixas e as devoluções dos valores dos Suprimentos de Fundos,

verificou-se que ocorreram após o período definido no Decreto Estadual nº 6.853/2002, e **C)** falta de justificativa quanto ao saldo contábil negativo da conta do Banco do Brasil nº 30.132-9 (Tabela 08, item “24”, fl. 431), decorrente de bloqueio judicial, que não deveria constar nos extratos financeiros da SEFAZ, a não ser que o valor já estivesse retornado após o bloqueio para a conta da unidade; **2)** pela **notificação** do atual Secretário de Estado da Fazenda, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO (fls. 512 a 522), a fim de promover as correções cabíveis nas próximas edições da matéria. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria** e **Antonio Jorge Malheiro**.

Rio Branco – Acre, 19 de abril de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC